

## Língua estrangeira na escola: para quê?

***Disciplina: Língua Estrangeira***

Selecionador: Laura Meloni Nassar

*Categoria: Professor*

## Língua estrangeira na escola: para quê?

*“A construção de estradas é de certa maneira uma prestação especificamente humana; o animal também não deixa de superar distâncias, e sempre de modo mais hábil e complexo, mas ele não faz ligação entre o começo e o fim do percurso, ele não opera o milagre do caminho: a saber, coagular o movimento por uma estrutura sólida, que parte dele.”<sup>1</sup>*

Muito comumente ouvimos dos professores de ensino de Língua Estrangeira, principalmente dos que trabalham em escolas regulares brasileiras, públicas ou privadas, o depoimento de que é muito difícil engajar os alunos na empreitada da aprendizagem de um novo idioma. Em alguns contextos, mais notadamente no ensino público, o discurso da falta de engajamento dá lugar a uma afirmação, queixosa e conformada, ainda mais contundente: a de que os alunos não aprendem, de um lado porque não veem sentido, de outro, porque não se sentem capazes.

Já nos contextos da rede particular, impera muitas vezes uma desconfiança se, de fato, os alunos tornam-se fluentes sem que, para isso, dependam da complementação de cursos extras. No primeiro contexto, a questão é se os alunos aprendem e quais os motivos que legitimam seu aprendizado. No segundo, a questão é se os alunos aprendem o suficiente.

Mas, como se deve obrigatoriamente notar, a problematização que introduz a reflexão a ser construída neste artigo parte de ideias, falas e percepções generalistas, retiradas do senso comum, sem bases científicas para prová-las. Isso quer dizer que não surge da leitura ou conhecimento de pesquisas acadêmicas rigorosas – não porque não haja bibliografia ou estudiosos dispostos a refletir sobre ensino de línguas, pois felizmente eles existem e em plena atividade. Apoia-se intencionalmente no senso comum, justamente pelo potencial político subjacente à questão.

Parto da hipótese de que os discursos de fracasso que imperam em diferentes gradações, de diferentes maneiras, nos mais variados contextos escolares, impedem

---

<sup>1</sup> SIMMEL, Georg. *Revista Serrote*, ed.17, jul./2014.

sua superação e, conseqüentemente, a melhoria do ensino e aprendizagem nessa área de saber, pois atuam como agentes desmotivadores. Quanto mais se fala sobre o problema, menos a língua aparece de maneira significativa na sala de aula, contraditoriamente reforçando a percepção negativa e impedindo o avanço na aprendizagem propriamente dita.

Pretendo, assim, ao longo da breve consideração que está por vir, propor uma reflexão que resgate a razão de ser do ensino de Línguas Estrangeiras na escola regular, independentemente de quais sejam, e, ao mesmo tempo, colocar em xeque a ideia de que esse ensino está fadado a fazer a aprendizagem fracassar.

### **Motivação: um recorte conceitual**

Para os autores Jesús Alonso Tapia e Ignacio Montero, a questão da motivação, entendida como elemento chave do processo da aprendizagem significativa, e, conseqüentemente, do grau de interesse e dedicação que os alunos têm na realização de seu trabalho, deve ser compreendida à luz de três pontos de partida. São eles:

*“- O significado que tem para [os alunos] conseguirem aprender o que lhes é proposto, significado este que depende dos tipos de metas ou de objetivos cuja obtenção consideram mais importante.*

*- As possibilidades que julgam ter para superar as dificuldades que implicam alcançar as aprendizagens propostas pelos professores, consideração esta que depende, em grande medida, da experiência de saber ou não como enfrentar as dificuldades específicas encontradas.*

*- O custo, em termos de tempo e de esforço, pressentido pelos alunos em relação ao que as aprendizagens significativas representarão para eles, mesmo que se julguem capazes de superar as dificuldades e de alcançar as aprendizagens propostas.”<sup>2</sup>*

Sobre o primeiro ponto de partida, podemos dizer que diz respeito ao significado que o aluno confere à sua própria aprendizagem. Trata-se da relação subjetiva que esse aluno trava não só com o aprender, como também com sua

---

<sup>2</sup> TAPIA, J. A., MONTERO, I. “Orientação motivacional e estratégias motivadoras na aprendizagem escolar”. In: *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. pp. 177-8.

representação de como e por que aprender dado conteúdo ou disciplina. Sua “importância varia tanto em função da orientação pessoal destes como das várias situações que enfrentam ao longo de sua vida acadêmica”<sup>3</sup>. Para alguns, as metas e objetivos serão de natureza intrínseca, ou seja, a motivação estará na busca por aprender o que está proposto, saber e conhecer mais. Para outros, as metas e objetivos serão de natureza extrínseca; sua motivação se dará por razões externas, tais como: obter uma nota e/ou premiação, passar em exame de qualificação, inserção no mercado de trabalho, etc.

Sobre o segundo, podemos dizer que discorre sobre a possibilidade de implicação quando o aluno se vê diante de desafios. Imaginemos um aluno identificado com uma dada unidade de trabalho - tema, textos e encaminhamentos de sala aguçam sua curiosidade e o mantém positivamente interessado -, mas, à medida que se torna mais complexa, sua motivação diminui. O que é proposto intencionalmente pelo professor para o enfrentamento das dificuldades, no sentido de se trabalhar *como* superá-las? Como o aluno encara sua própria dificuldade? Que recursos utiliza de maneira a fazer dialogar o que está proposto pelo professor com sua própria experiência de aluno? Diz respeito, assim, às habilidades metacognitivas.

Sobre o terceiro e último, podemos dizer que a motivação depende de como cada aluno vê e dá sentido ao que está proposto na sala de aula. Diz respeito às representações sobre o valor social do que está sendo ensinado, sua relevância enquanto ‘objeto’ de aprendizagem. A representação da relevância e o interesse pelos conteúdos e propostas se transformam ao longo do tempo de acordo com cada indivíduo - seu processo de amadurecimento e sua vivência escolar -, e dependem do valor construído e naturalizado socialmente. Assim,

“A aprendizagem realiza-se em um contexto social que contribui para lhe atribuir outros significados. O significado mais patente é o instrumental (...). Busca-se *aprender algo útil*, embora a utilidade seja relativa (...). Se não se percebe a utilidade do que se deve aprender, o interesse e o esforço tendem a diminuir à medida que o aluno se pergunta para que serve saber o que se pretende que se

---

<sup>3</sup> Ibid., p. 178.

aprenda. Ao contrário, na medida em que se percebem as múltiplas utilidades – a curto e a longos prazos – que pode ter aprender algo, aumenta a probabilidade de que o interesse e o esforço aumentem.”<sup>4</sup>

### Língua Estrangeira na escola regular: globalização X letramento

A reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de Língua Estrangeira no Brasil requer uma volta sobre o que é posto e praticado como sua *utilidade pelo viés do mercado*. De acordo com María Teresa Celada, preponderam sobre as línguas estrangeiras hoje dois aspectos que dizem respeito à sua funcionalidade: o da *comunicação*, seu sentido veicular, e o da inclusão no *mercado de trabalho*. “Esses dois aspectos (...), fortemente entrelaçados, têm impacto sobre o modo como as línguas estrangeiras se reorganizam numa formação social ao redor da materna e nacional e, também, sobre as concepções de seu ensino.”<sup>5</sup>

E apesar de se referir a mais de uma língua estrangeira, predomina também o fato de que a língua compreendida mundialmente com maior valor veicular e de mercado de trabalho é, por excelência, o inglês<sup>6</sup>. Traço que se confirma quando nos questionamos sobre o porquê de o inglês ser eleito nas escolas brasileiras, já que a *Lei de Diretrizes e Bases* de 1996 não a impõe nominalmente, somente designa a obrigatoriedade de uma *Língua Estrangeira moderna* no currículo das escolas, conferindo às instituições o poder de escolha<sup>7</sup>.

A adoção do inglês como Língua Estrangeira moderna nos currículos das escolas regulares, particulares e públicas, não seria algo bom, em essência, já que aposta na inclusão social? A resposta seria positiva se a justificativa não fosse somente de ordem

<sup>4</sup> TAPIA, J. A., MONTERO, I. “Orientação motivacional e estratégias motivadoras na aprendizagem escolar”. In: COLL, C. et al (org.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. P. 179.

<sup>5</sup> CELADA, María Teresa. “O que quer, o que pode uma língua? Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade”. In: *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, pp. 146-7, jul.\dez. 2008.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 146.

<sup>7</sup> O parágrafo 5º do Artigo 26 está descrito nas *Leis de Diretrizes de Base* de 1996 da seguinte maneira: “Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.” – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

extrínseca; se não convivêssemos com os estereótipos de que só se aprende Língua Estrangeira em escolas de idiomas, que na prática são as instituições de mercado; se as condições de trabalho estivessem garantidas em todas as escolas regulares; se não houvesse desigualdade social no Brasil. Como escapar, então, de uma armadilha que supostamente nos move e definitivamente nos prende?

Encontro um caminho nas palavras de Celada,

“(...) gostaríamos de trabalhar na contramão da hegemonia desses dois aspectos [Língua Estrangeira como língua de comunicação e de inserção no mercado de trabalho] que funcionam como pré-construídos e de explorar a ideia de que essas línguas – a materna, (...) a(s) estrangeira(s) – sejam pensadas como *dimensões da relação sujeito/linguagem*. Pensamos que, nos processos de ensino/aprendizado em contextos formais (...), o funcionamento de cada uma deveria ser encarado com o intuito de aproveitar o que ela quer do sujeito (...).”<sup>8</sup>

E vejo relação direta de sua afirmação da relação entre sujeito e linguagem com o que está estabelecido pelos PCNs de Língua Estrangeira. Não haverá tempo para um mergulho mais profundo nos parâmetros desenhados pelo documento, mas vale avançar um pouco no conceito de engajamento discursivo, ou seja, “a capacidade de se envolver e envolver outros no discurso”<sup>9</sup>, de maneira que esse envolvimento esteja sempre amparado por algum contexto de comunicação:

“Isso pode ser viabilizado em sala de aula por meio de atividades pedagógicas centradas na constituição do aluno como ser discursivo, ou seja, sua construção como sujeito do discurso (...). Essa construção passa pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira.”<sup>10</sup>

<sup>8</sup> CELADA, María Teresa. “O que quer, o que pode uma língua? Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade”. In: *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 147. Jul.\dez. 2008.

<sup>9</sup> BRASIL, 1998. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília, MEC/SEF, p. 19.

<sup>10</sup> Idem.

Por essa perspectiva, vale ainda mencionar que o foco na construção de um sujeito discursivo corresponde a uma visão dialógica da linguagem, de que todo ato de comunicação acontece a partir de um encontro interacional, que “é crucialmente marcado pelo mundo social que o envolve: pela instituição, pela cultura e pela história”.<sup>11</sup> Nesse sentido, os cursos de Língua Estrangeira, ao colocarem o aluno como sujeito de um discurso que requer dele engajamento, fazem da sala de aula um espaço de *percepção de mundo* – o meu, de onde falo, o de outros, para quem eu falo, e o de quem fala comigo -, de *percepção linguística* – como falar, como compreender e construir sentido reconhecendo e colocando em prática estruturas específicas da língua-alvo -, de *percepção discursiva* – os textos, sua função social, os contextos e, portanto, as práticas sociais que os engendram. Falamos, assim e sobretudo, de uma prática de ensino que promova o *letramento*.

“Isso significa que a aula de LE [língua estrangeira] deve criar condições para que o educando possa engajar-se em atividades que demandam o uso da língua a partir de temáticas relevantes ao seu contexto e de gêneros discursivos variados. As atividades devem levar em conta o papel da LE na vida do aluno, de que forma ele já se relaciona (ou não) com essa língua e o que essa LE pode dizer em relação a sua língua e cultura maternas. Em última análise, aprender a ler e escrever (e também ouvir e falar) em determinadas situações de comunicação da LE tem como meta ampliar a participação do educando nas práticas sociais em sua língua e em sua cultura, contribuindo para seu desenvolvimento como cidadão.”<sup>12</sup>

### **Considerações finais: para uma costura de ideias**

O *princípio* da reflexão que procurei construir aqui foi o pensamento socialmente aceito e construído do fracasso do ensino e da aprendizagem de Língua Estrangeira nas escolas. Pensamento que procuro desconstruir.

Para tanto, detenho-me primeiramente na definição da motivação pelo ponto de vista da Psicologia da Educação. A motivação é intrínseca à aprendizagem, depende

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 27.

<sup>12</sup> SCHLATTER, Margarete. “O ensino de leitura em língua estrangeira na escola: uma proposta de letramento”. *Revista Calidoscópico*, vol. 7, n. 1, p. 12. Jan.\abr. 2009, Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4851>.

das representações que os alunos têm do contexto escolar, da funcionalidade dos conteúdos que está aprendendo, do sentido que dá às propostas da sala de aula de aula, da maneira como responde aos desafios e dificuldades que encontra no caminho, da construção de uma percepção de como aprende. É, portanto, é um processo complexo que vai se alterando ao passar dos anos na convivência escolar e não depende de um ou de outro aspecto isolado. Assim, motivação e desmotivação não ocorrem por 'isso ou aquilo', mas por um conjunto que pede avaliação mais aprofundada.

Prossigo na reflexão contrastando as justificativas que sustentam e, portanto, motivam a presença da(s) língua(s) estrangeira(s) nos currículos escolares brasileiros: a social, que se alinha a uma visão de mercado, e a pedagógica, que tem como norte o letramento e a formação dos alunos como sujeitos do discurso, de sua própria aprendizagem e da sociedade em que estão inseridos.

Concluo, assim, reafirmando a necessidade urgente de uma revisão de valores e de visão de escola, de ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem. Chamo a atenção para a necessidade de mudança de mentalidade para que, de fato, as práticas de sala de aula sejam ressignificadas e os alunos verdadeiramente aprendam as línguas estrangeiras, assim como as problemáticas políticas e culturais que as envolvem.

### Referências bibliográficas

- ✓ BRASIL, 1998. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília, MEC/SEF, 120 p.
- ✓ CELADA, María Teresa. "O que quer, o que pode uma língua? Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade". In: *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, pp. 145-168. Jul.\dez. 2008.
- ✓ *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.
- ✓ SCHLATTER, Margarete. "O ensino de leitura em língua estrangeira na escola: uma proposta de letramento". *Revista Calidoscópio*, vol. 7, n. 1, pp. 11-23. Jan.\abr.



2009, Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4851>.

- ✓ TAPIA, J. A., MONTERO, I. "Orientação motivacional e estratégias motivadoras na aprendizagem escolar". In: COLL, C. et al (org.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. Pp. 177-192.

### Bibliografia sugerida

- ✓ ASSIS-PETERSON, Ana Antônia, COX, Maria Inês Pagliarini. "Inglês em tempos de globalização: para além do bem e mal". *Revista Calidoscópio*, v. 5, n. 1, p. 5-14, 2007. Disponível em:  
<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5616>.
- ✓ MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario Trindade. "O professor de inglês e os letramentos no século XXI: métodos ou ética?" In: JORDÃO, Clarissa Menezes et al (org.). *Formação "desformatada" – práticas com professores de língua inglesa*. Campinas: Pontes Editores, 2011. Pp.279-303.
- ✓ PIRES DE FREITAS, Ana Luiza. "'Aula nota 10' X o ensino de inglês como língua adicional em escolas públicas brasileiras: diferentes propostas de letramento". *Signos*, ano 32, n.2, pp. 9-21, 2011.
- ✓ SOUZA, Greice de Nóbrega. *Entre línguas de negócios e de cultura. Sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e a espanhola*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, FFLCH, 2007. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-17122007-115605/>.